

BRAGANÇA (Santa Maria)

Em 4 de maio de 1187, D. Sancho I (1185-1211) realizou um escambo com o mosteiro de Castro de Avelãs, entregando aos monges beneditinos as vilas de São Julião (com a igreja de São Mamede), de Argoselo e de Pinelo. Em troca, o monarca recebia a herdade de Benquerença: ... *bereditate que accepi ab eis de Benquerentia quod vocant civitate Bragancia*... No mês seguinte, em junho de 1187, o monarca outorgou carta de Foral aos povoadores da sua *civitate Bragantie*. A origem de Bragança, fruto da *voluntas* régia, está, assim, bem caracterizada na documentação. A nova povoação, erguida a escassa distância da fronteira com o reino de Leão, viria a desempenhar um papel fundamental no reordenamento do reino e na política de controle régio do espaço de fronteira. Poucos anos volvidos, a *civitate Bragantie* começaria a ser dotada de muralha. No codicilo ao seu primeiro testamento, redigido em data não determinada mas posterior a 1191, D. Sancho I deixava 8.635 soldos para a construção dos muros de Covilhã, *Benquerença*, Coima e Coruche. As obras já deviam estar em curso. Apesar de não datado, o primeiro testamento do monarca é posterior a 8 de dezembro de 1191 (data da morte do infante D. Henrique, já não contemplado nele), pelo que o codicilo terá se ser forçosamente também posterior a esta data. Em 23 de maio de 1200 o monarca doa a vila de Quintãs, na terra de Ledra (... *nostra*

Bragança nos inícios do século XVI (c. 1509-10), segundo o Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, fls. 88v-89 (PT-TT-CF-159, ANTT)



villa de Laedra que vocatur Quintaas ...) a D. Egas, prelado da Igreja de Santa Maria de Bragança, em reconhecimento pelo ... *bono servicio quod nobis in muris nostris de civitate Bragancie fecistis et facistis* ... Esta doação deve assinalar a proximidade do fim da construção da muralha da alcáçova de Bragança. Mas, nas Inquirições de 1258 regista-se que a décima das igrejas era destinada *pro ad faciendum murum* o que, sendo uma expressão algo estereotipada, que pode dizer respeito à *anú-duva*, parece sugerir obra ainda em curso.

Foi dentro deste recinto da alcáçova que surgiu Bragança, vila com sintomas de urbanismo criado, já valorizados por Luísa Trindade. O castelo terá sido acrescentado nos finais do século XIII ou inícios da centúria seguinte, durante o reinado de D. Dinis (1279-1325). Nos inícios do século XV, com D. João I, receberia a sua possante torre de menagem, obra que se prolongou por muito tempo. A 5 de janeiro de 1440, no reinado de seu neto, D. Afonso V, regista-se que a obra, iniciada há 30 anos, ainda não estava terminada.

Paço da Cisterna (*Domus Municipalis*)

ENTRANDO NO PERÍMETRO URBANO DE BRAGANÇA, e seguindo o percurso sinalizado para o castelo de Bragança, alcança-se o velho burgo medieval, implantado, como referimos, no interior das muralhas da alcáçova. Dentro de este espaço destacam-se três estruturas de origem medieval: o castelo, a igreja de Santa Maria e, ao lado desta, o *Paço da Cisterna* ou, como desde o século XX passou a ser conhecido, a *Domus Municipalis*. É esta estrutura que nos ocupa aqui.

O edifício foi insistentemente classificado como "românico" e atribuído ao século XII. A primeira nota publicada, de autor anónimo, saiu na *Revista Popular* em 1850, dando conta do estado de abandono e de ruína em que o monumento se encontrava. Albino Pereira Lopo, em 1900, abordou-o na sua monografia pioneira *Bragança e Bemquerença*, atribuindo-o ao século XII. Por seu turno, em 1906, Manuel Monteiro considerava-o "o único edifício profano que do românico subsiste no nosso país", atribuindo a iniciativa da sua edificação a D. Sancho I. O seu ponto de vista seria glosado por vários autores que repetiram a singularidade do monumento como "única construção profana" no Portugal românico e atribuíram a sua paternidade à iniciativa de D. Sancho I e aos finais do século XII ou, quando muito, aos inícios da centúria seguinte (Joaquim de Vasconcelos, Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), Raúl Teixeira, José Rodrigues Monteiro, Gerhard Graf, Jorge Rodrigues). Carlos Alberto Ferreira de Almeida foi o primeiro autor a defender uma cronologia mais tardia para a sua edificação, sublinhando que, tendo em atenção as suas siglas e as suas características arquitetónicas, teria de ser obra pelo menos da segunda metade do século XIII. Mais tarde, em 1986, haveria de rever a proposta cronológica, avançando-a até aos princípios do século XIV: "... o tipo

de decoração dos (...) modilhões, as pontas de diamante de algumas aberturas e a própria organização das janelas indicam-nos que este edifício deverá datar-se dos princípios do século XIV". Uma cronologia ainda mais tardia, já em pleno século XIV, tem vindo a ser sugerida em estudos mais recentes (Pedro Dias, Mário Barroca, Carlos Manuel Ferreira Caetano, Luísa Trindade).

São escassas as referências documentais ao paço municipal de Bragança. Sublinhemos, desde já, que a designação por que é hoje conhecido – *Domus Municipalis* – é totalmente estranha à nossa Idade Média e é de origem muito recente. Joaquim de Vasconcelos, em 1918, ainda designava o edifício como "a casa da Câmara ou do Senado de Bragança". A nova designação foi atribuída pelo Estado Novo. Foi utilizada pela primeira vez pelo Abade de Baçal, em 1934, repetida no Boletim da DGEMN (1936) e no pequeno estudo que lhe consagrou Raúl Teixeira (1941). A partir de então, a designação não deixou mais de ser usada. No entanto, os documentos medievais e modernos que o referem designam-no quase unanimemente como "Paço da Cisterna", realçando, assim, a grande originalidade da sua implantação. Com efeito, o primeiro documento conhecido remonta a 22 de outubro de 1410: "... em audiencia ouvindo os factos dentro no paço da cisterna da dicta billa ...". Depois desta referência pioneira, o Paço é quase sempre designado da mesma maneira: "no paaço da cisterna" (2 de julho de 1460), "dentro no Paaço da Sisterna" (22 de maio de 1466), "estando em cyma na cysterna" (31 de março de 1497), "na cidade de Bregança no Paço da Cisterna" (4 de dezembro de 1497), "em a cidade de Bragança no Paço da Cisterna ... em provica audiencia" (4 de dezembro de 1497), "na çidade de Bragança no paço da cesterna que he paço do conçelho da djta çidade" (1502), "em ha cidade de Bragança no Paço



Bragança. Recinto amuralhado
(© Bing Maps/© Maxar)



*Bragança. Vista geral
do recinto amuralhado,
tomada de sudoeste*



Núcleo central do recinto amuralhado de Bragança: castelo, igreja de Santa Maria e Paço da Cisterna

da Cisterna da dicta cidade" (7 de outubro de 1504). Como se pode verificar, há uma grande coerência na designação atribuída à estrutura municipal brigantina ao longo de todo o século XV e ainda nos inícios da centúria de Quinhentos. Apenas em 1535 encontramos referido como "paços do Concelho". A designação *Domus Municipalis* deveria, por isso, ser eliminada do léxico atual, sendo preferível a de *Paço da Cisterna*.

A coerência cronológica das referências documentais que aqui registamos permite, desde já, entrever a cronologia desta estrutura arquitetónica. Ao contrário do que Manuel Monteiro e, na sua esteira, outros autores defenderam, não se trata de uma construção coeva do reinado de D. Sancho I (1185-1211), o monarca que fundou Bragança e lhe atribuiu carta de Foral em 1187. De resto, a emergência de uma arquitetura municipal em Portugal, na Península Ibérica e em toda a Europa, é muito mais tardia, sendo um acontecimento do século XIV. Entre nós,

ela é sobretudo consequência das disposições régias de D. Afonso IV, contidas no *Regimento dos Corregedores*, particularmente na sua segunda versão, de 1340, que impôs a obrigatoriedade de os municípios passarem a ter edifício próprio, para os seus edis se reunirem. Esta medida levou à emergência de novos modelos arquitetónicos (no plural porque os paços municipais não adotaram um único modelo, mas vários). No caso de Bragança, a solução, bastante original, mas não caso único, foi a de erguer a Casa de Câmara sobre a Cisterna da Alcáçova. Esta opção releva da estreita ligação entre as edilidades e o dever de assegurar o abastecimento de água às suas comunidades, também consignado no *Regimento dos Corregedores*. Temos casos semelhantes em Linhares da Beira (onde as reuniões municipais se faziam sobre a Fonte do Forum [sic] ou do Concelho, que apresenta bancos e mesa no seu remate superior, o qual era completado por uma desaparecida estrutura de alpendre) ou em Aguiar da Beira (cuja monumental



Bragança: Igreja de Santa Maria e Paço da Cisterna. Vista tomada de oeste

Paço da Cisterna antes dos restauros (DGEMN)



Fonte do Concelho apresenta, no piso superior, um banco corrido em três das suas faces). Nos dois casos, as reuniões municipais continuavam a ser públicas, podendo ser presenciadas por todos os conterrâneos. No caso de Bragança, a situação é distinta: um edifício erguido sobre a Cisterna. Neste aspeto, o exemplo de Bragança pode ser colocado em paralelo com os casos de Chaves (cujo município, em 1383, reunia *em cima da Cisterna*), de Sesimbra ou de Montemor-o-Novo.

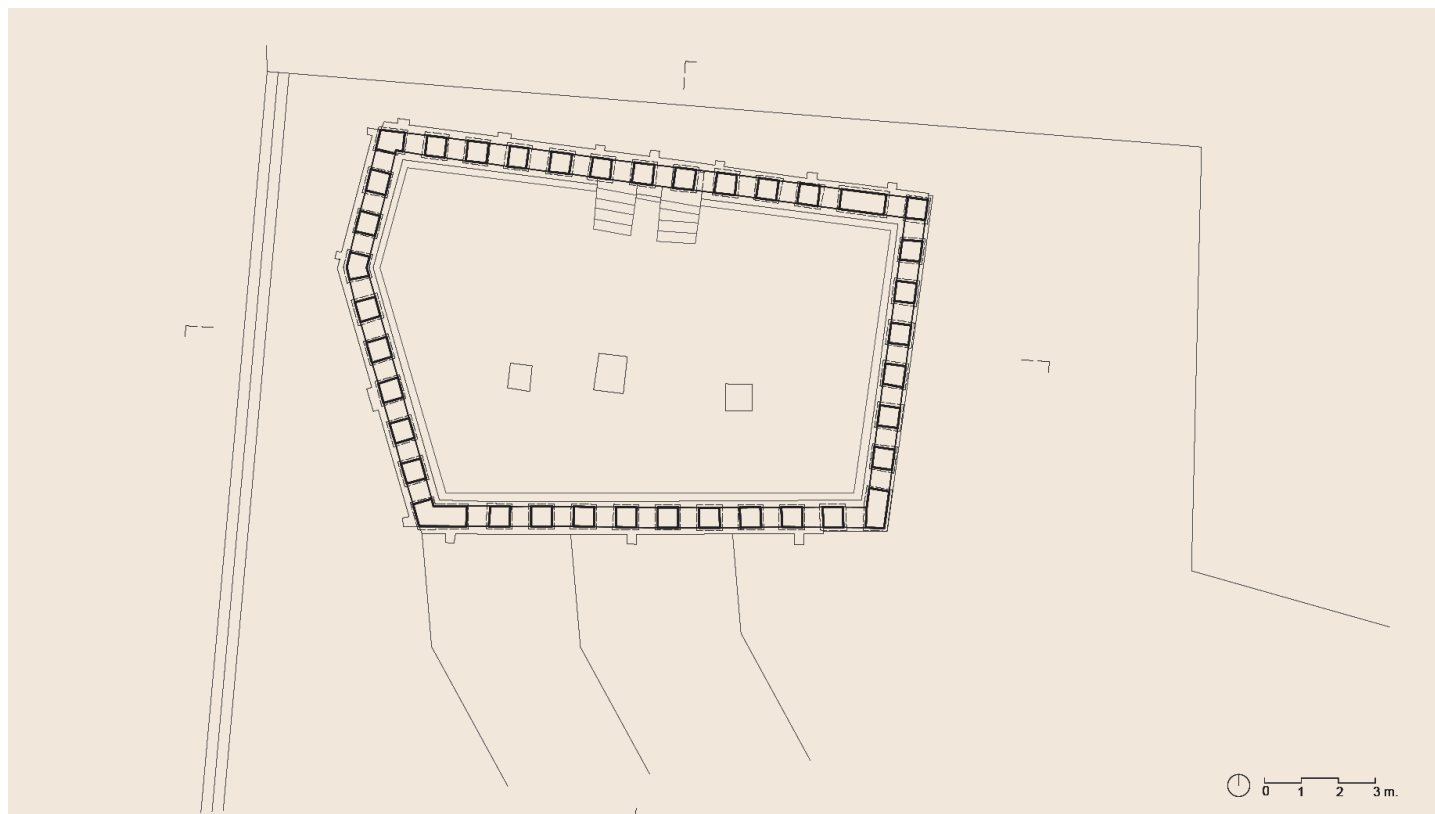
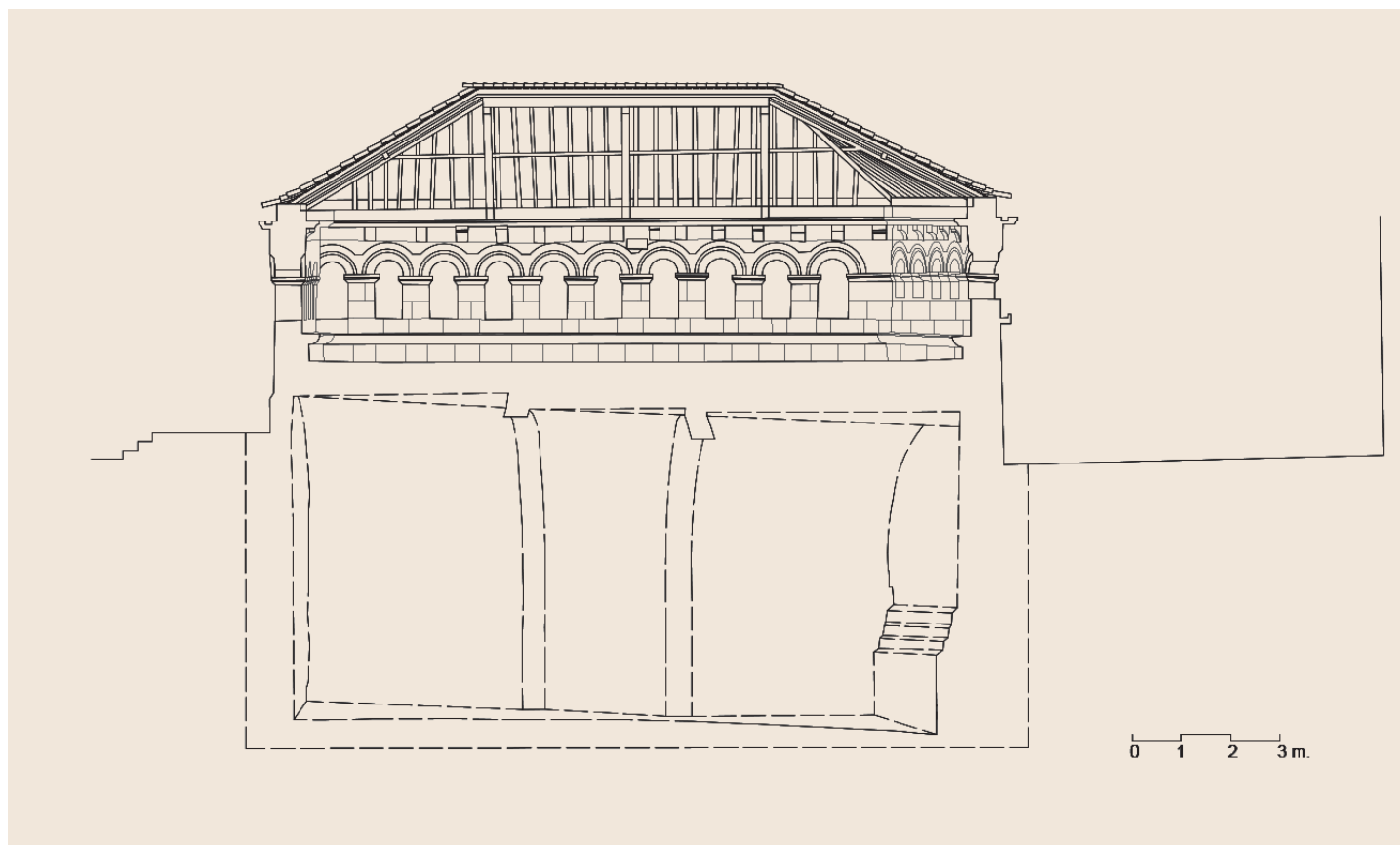
A cronologia tardia do paço de Bragança não é apenas indicada pela documentação aqui convocada. Outros dados corroboram a nossa proposta. Para além de questões formais e estilísticas, afiguram-se particularmente significativas as suas siglas de pedreiro. O Abade de Baçal recolheu dezoito siglas distintas no Paço da Cisterna. Sublinhemos que oito delas voltam a estar presentes nas siglas da torre de menagem do castelo de Bragança que, como referimos, se ficou a dever à iniciativa de D. João I (1385-1433). Isto significa que uma parte dos pedreiros trabalhou nas duas obras, o que revela a cronologia muito tardia do paço, em plena consonância com as referências documentais. O Paço da Cisterna deve, por isso, ser uma obra das últimas décadas do Século XIV ou dos primeiros anos da centúria

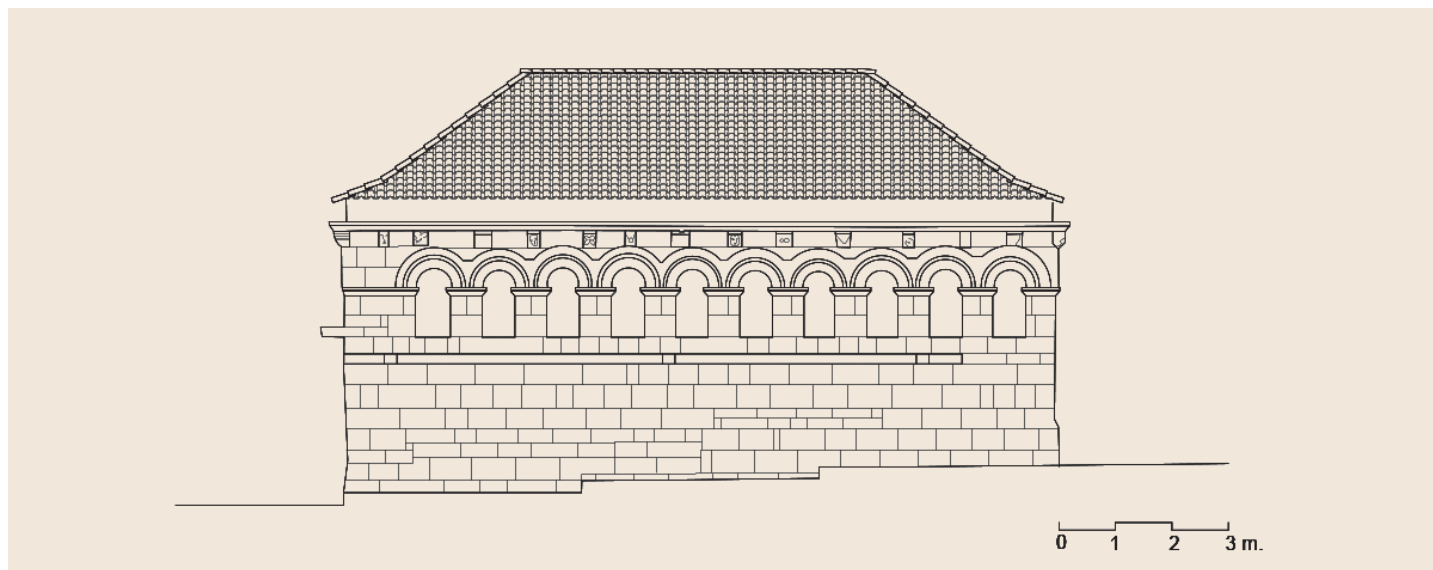
de Quatrocentos. As soluções "românicas", tão valorizadas por alguns autores, mais não são do que o resultado da sobrevivência desta estética no interior do reino, como se pode comprovar, igualmente, na arquitetura religiosa, onde as resistências estéticas foram muitas e muito persistentes.

O Paço da Cisterna é uma estrutura de planta pentagonal irregular, que se implanta a sul da igreja de Santa Maria, a escassa distância da atual parede da sua nave. O compartimento inferior, com planta pentagonal, não coincide rigorosamente com o espaço superior: para além de ter uma menor dimensão, apresenta-se desalinhado com os muros superiores, espelho de que os dois espaços não são contemporâneos. O reservatório é, obviamente, mais antigo que a estrutura do paço. Este compartimento inferior, parcialmente subterrâneo, dotado de dois arcos torais de volta perfeita, é o reservatório de água que abastecia a população da alcáçova brigantina. A maioria dos autores classifica como Cisterna, embora tecnicamente ele seja mais do que isso. Com efeito, não se trata de um mero reservatório de água, que recebia o precioso líquido canalizado de outros pontos. A estrutura brigantina tem manancial, isto é, tem fonte de onde brota água potável, localizada



Paço da Cisterna
visto de oeste

*Planta**Corte*



Alçado sul

junto do seu ângulo noroeste, como observou Raúl Teixeira a partir da limpeza do reservatório, realizada em 1927. É, por isso, um misto de cisterna e de fonte/poço. A água armazenada nesse reservatório podia ser retirada por intermédio de três aberturas quadrangulares rasgadas no pavimento do piso superior – cada uma correspondendo a um dos tramos da sua abóbada de berço. Isto significa que a estrutura que se erguia sobre a cisterna – o paço – não era fechada, mas que, pelo contrário, era de acesso público.

O compartimento que se ergueu em cima desta fonte-cisterna tem uma planta pentagonal irregular, mas, como referimos, não se alinha pelos muros inferiores e tem uma área mais ampla. As suas paredes são rasgadas, a meia altura, por uma longa sequência de pequenas aberturas dotadas de arcos de volta perfeita, sem colunelos nem capitéis, cujas aduelas se apoiam em impostas lisas, biseladas, e em pilares de secção retangular. Os arcos destas aberturas são maioritariamente lisos, apenas com um plano reentrante que ajuda a dar alguma movimentação às paredes. Joaquim de Vasconcelos chamou a atenção para o paralelismo entre estas aberturas e as da torre sineira da igreja de Freixo de Baixo (Amarante). Mas mais importante se afigura a comparação, convocada por Carlos M. Ferreira Caetano, entre a galeria de aberturas do Paço da Cisterna de Bragança e a arquitetura municipal de certas regiões de Castela e, sobretudo, de Aragão, onde este tipo de fenestração se tornou icónico na arquitetura municipal. Ao todo, a construção bragançana apresenta 38 pequenas aberturas (7 na parede leste, 12 na parede norte, 3 e 6 nas duas paredes voltadas a oeste e 10 na parede voltada a sul). Quando a DGEMN iniciou o restauro do monumento uma parte substancial delas estava entaipada, outras truncadas e, outras ainda,

tinham sido substituídas por janelões retangulares (dois na parede sul, outro na parede sudoeste) ou por uma porta de acesso (igualmente na parede sul). Imediatamente abaixo destas aberturas, na face exterior das paredes norte, oeste e sul corre uma caleira ou algeroz, que recolhe as águas pluviais e as conduz para o reservatório inferior. Este algeroz só não existe na parede leste do paço. Imediatamente acima das aberturas pode-se ver uma cachorrada que sustenta a cornija do edifício. Os 64 modilhões são largos e quadrangulares, ornamentados com cabeças de homens, focinhos de animais, elementos florais, motivos geométricos (cruzes em aspa, esferas, molduras escalonadas, etc.). Apesar dos motivos serem francamente tardios, foi a sua presença que ajudou a cimentar a convicção de muitos estudiosos de que se estava perante um edifício *românico*. Sobre estes modilhões apoia-se a cornija do edifício, na qual pousava o telhado, também ela canalizando as águas pluviais para o reservatório. Com o restauro da DGEMN foi acrescentada uma fiada de silhares, alteando-se a cota do telhado.

O acesso ao interior desta construção fazia-se, na Idade Média, por duas portas paralelas, rasgadas na parede norte do paço. Em Época Moderna estas entradas foram entaipadas e abriu-se uma nova porta, com escada de acesso, na face oposta – a parede voltada a sul –. Para tanto, algumas aberturas foram sacrificadas. O restauro da DGEMN veio anular esta entrada moderna e repor o acesso pela parede norte. Penetrando no interior da construção, deparamo-nos com um espaço amplo, originalmente sem divisão, que na Época Moderna esteve dividido em dois compartimentos. A planta que Albino Pereira Lopo publicou, em 1900, revela essa organização hodierna do



*Paço da
Cisterna visto
de sudeste*



*Paço da
Cisterna visto
de este*



Paço da Cisterna: vista geral do interior, tomada do lado ocidental

espaço. Correndo ao longo das cinco paredes do paço encontramos um banco de pedra, que se implanta à mesma cota que, no exterior, se localiza o algeroz para recolha das águas pluviais. Este amplo banco corrido destinava-se às reuniões camarárias e às audiências judiciais – porque a estrutura que estamos a analisar foi, desde cedo, “Paço da Relação” e “Paço da Audiência” –. Na sua opção por este banco corrido, o paço brigantino aproxima-se assim dos paços municipais de Estremoz e de Viana do Alentejo, como sublinhou Luísa Trindade. As 38 aberturas acima referidas apresentam, maioritariamente, a face interna despida de elementos ornamentais. A exceção vai para as 9 aberturas das paredes voltadas a oeste, que na face interna apresentam aduelas ornamentadas com o singelo motivo das pontas de diamante. As restantes aberturas ostentam as mesmas características que na face exterior: dupla fiada de aduelas, lisas, apoiadas sobre impostas simples e pilares retangulares. Acima das suas arquivoltas apoia-se uma nova sequência de modilhões – agora com 53 cachorros – sobre os quais se assentou a estrutura sobradada do telhado. Os modilhões da face interna apresentam a mesma gramática

decorativa dos da face exterior. Um destes modilhões mereceu grande destaque: aquele que apresenta um escudo de tipo francês carregado com cinco escudetes dispostos em cruz. Albino Pereira Lopo (1900), Manuel Monteiro (1906), Joaquim de Vasconcelos (1918), Aarão de Lacerda (1929) e José Rodrigues Monteiro (1982), entre outros, viram aqui as armas de D. Sancho I, esquecendo que os escudetes no tempo do *Povoador* ainda eram de tipo normando (ou seja, amendoados, redondos em cima e apontados em baixo). De resto, um manuscrito de 1721, da autoria de José Cardoso Borges, que se conserva na Biblioteca Nacional de Portugal e que foi parcialmente publicado por vários autores (Raul Teixeira, DGEMN, Francisco Manuel Alves), revela que o escudo desse modilhão tinha sido criado 40 anos antes do autor escrever a sua *Descrição Topográfica da Cidade de Bragança*, portanto cerca de 1680-81, na mesma altura em que se abriram os três grandes janelões retangulares e a porta de acesso da parede sul.

A partir dos inícios do século XVI começam a surgir referências à necessidade de reformular os Paços da Cisterna, por serem pouco adequados à função municipal. O



Pormenor de dois cachorros voltados ao exterior



Pormenor de dois cachorros interiores

problema não era, seguramente, uma questão de espaço, pois que os bancos corridos no interior totalizam 38,5 m, mais do que suficiente para os edis brigantinos. Certamente que uma das maiores dificuldades sentidas se prendia com a privacidade das reuniões. Com efeito, as suas aberturas não receberam, aparentemente, portadas. As reuniões eram, assim, audíveis no exterior. Por isso, Carlos M. Ferreira Caetano classifica o exemplo brigantino como um "alpendre concelhio monumentalizado", sugerindo que a estrutura pétrea pode ter surgido em substituição de um primitivo eirado em madeira. Mas também se afiguraria difícil conciliar a dupla função de paço municipal e de cisterna pública, de acesso livre e quotidiano. O primeiro a manifestar intensão de modificar a estrutura foi o próprio duque de Bragança, D. Jaime, que em 7 de janeiro de 1510 escrevia ao concelho dizendo: *Quanto aa casa do concelho que esta na cisterna parece me que nom se pode fazer boa*



Aduela de um dos arcos, com flor de lis

obra sobre as paredes que estam por serem esgonças e devese de fazer la huma casa por esquadria dando-lhe o comprimento e largura o mais que poder ser sobre aquelle chaão e podese derribar pera isso aas duas ou tres paredes ate o lageamento que non se perde niso mais que o feitio pois que a cantaria bi fica e a altura das paredes des o lageamento atee a armação deve de ser de quatro varas e mea e a armaçam deve de ser feita de boa madeira e bem lavrada e develbe de fazer alguuas janelas de modo que se agora costuma... Em 24 de dezembro de 1589, os duques, D. Teodósio e D. Catarina, voltaram a escrever ao concelho de Bragança sublinhando a necessidade de reformular os paços: *... a casa da Camara e Audiencia dessa cidade he pequena e não conforme a que convem aber nella, e que esta em lugar escuso, encomendovos que procureis que se faça hua casa acomodada para Camara...*, concluindo: *Cuanto aas casas da Camara o que quero he que me aviseis do lugar em que estão fazendo hu desenho dellas e das que estiverem por perto e que vejais aonde fica bem fazerse outras, e o que se poderão custar e que me aviseis de tudo*



Tabuleiro de jogo (alquerque ou jogo do moinho) num dos bancos no interior do Paço da Cisterna

com brevidade... No entanto, o edifício continuou ao serviço municipal. Em 1585 viu três das suas aberturas da parede norte, junto do ângulo nordeste, serem entaipadas pelo alcaide-mor Pero de Figueiredo Sarmento, que entre o paço e a igreja de Santa Maria ergueu uma capela particular. Em 1680-81, a confiar no relato de José Cardoso Borges, sofreu uma nova e decisiva intervenção: o espaço interior foi dividido em dois compartimentos – um destinado às “audiências do Geral”, outro para as reuniões do Senado –, as entradas originais foram entaipadas e na parede em frente, voltada a sul, rasgou-se novo acesso para o primeiro piso, as múltiplas aberturas medievais foram entaipadas e abriram-se três amplas janelas retangulares (nas paredes sul e oeste). Já no século XIX – a confiar em Raúl Teixeira, cerca de 1860 – criou-se, na parede leste, um acesso direto para o compartimento da cisterna. E, em 3 de março de 1862 a Câmara Municipal de Bragança comprou as instalações situadas na rua Direita, adquiridas aos herdeiros do Comendador José António de Castro Pereira. Abandonado e em avançado estado de ruína, seria alvo de um restauro por parte da DGEMN, o qual arrancou em janeiro de 1930, segundo projeto do arquiteto Baltazar e Castro, e foi inaugurado a 23 de outubro de 1932.

Texto: MJB/MLB - Fotos: JNG - Planos: GM/MF/MS (sobre DRCN/GAn)



Escudo de Portugal acrescentado c. 1680-81 a um dos cachorros interiores

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F., 1971, p. 80; ALMEIDA, C.A.F., 1986a, pp. 141-142; ALMEIDA, C.A.F. e BARROCA, M.J., 2002, pp. 146-148; ALVES, F.M., 1909 (2000), pp. 291-292 e 342; ALVES, F.M., 1911 (2000), p. 198; ALVES, F.M., 1932 (2000), pp. 156-157 e 178-179; ALVES, F.M., 1934 (2000), pp. 130-136; ALVES, F.M., 1938 (2000), pp. 73 e 326-327; BNP, Ms. PBA-248; BORGES, J.C., 1721; CAETANO, C.M.F., 2011, I, pp. 582-595; CORTES PORT., 1502, p. 39; CUNHA, C. e PINTO, P., 2004, doc. n.º 64 (de 1410, outubro, 22), doc. n.º 96 (de 1460, julho, 2), doc. n.º 101 (de 1466, maio, 22), doc. n.º 112 (de 1497, março, 31), doc. n.º 118 (de 1497, dezembro, 4), doc. n.º 119 (de 1497, dezembro, 4), doc. n.º 122 (de 1504, outubro, 7) e doc. n.º 140 (de 1535); DGEMN, 1936b; DIAS, P., 1986, pp. 57 e 62; DIAS, P., 1994a, p. 186; DS, doc. n.º 21 (1187, maio, 4), doc. n.º 24 (de 1187, junho, 30 e 31), docs. n.ºs 30 e 31 (posterior a 1191, dezembro, 8), doc. n.º 76 (de 1194, dezembro, 2) e doc. n.º 128 (1203, maio, 23); FERNANDES, P.A., 2007; GRAF, G., 1986-87, II, pp. 273-274; JACOB, J.N., 1997, pp. 73-78; LACERDA, A., 1929, p. 640; LACERDA, A., 1942-53, I, p. 263; LOPO, A.P., 1900, pp. 23-25; MONTEIRO, J.R., 1982, pp. 13-32 e vol. n.º 2/3, pp. 151-174; MONTEIRO, M., 1906, pp. 338-339; MONTEIRO, M., 1907, s.p.; MONTEIRO, M., 1980, pp. 68-70; RODRIGUES, J., 1995, p. 263; RODRIGUES, L.A., 1995, I, pp. 219-223; ROSAS, L.M.C. e BOTELHO, M. L., 2010, pp. 53-64; S.A. 1850, p. 235; S.A., 1932, p. 500; TEIXEIRA, R., 1941; TRINDADE, L., 2013a, pp. 245-257 e 622-623; VASCONCELOS, J., 1918, pp. 40-41.